

## Classe média já é mais da metade da população do País

06/08/2008 - 04:48

BRASÍLIA - A classe média já representa mais de 50% da população brasileira. Esta é a conclusão de uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com famílias que possuem rendimento médio entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. Há cinco anos este percentual era de 42,49%. O aumento do emprego com carteira assinada e o bom desempenho da economia brasileira frente a crises externas foram os propulsores da ascensão financeira da população. "O Brasil fez o dever de casa nos últimos 20 anos e está colhendo esses frutos", disse o economista responsável pela pesquisa, Marcelo Néri. Segundo ele, a ascensão de parte da população também se explica pela geração de renda. Ou seja, cada um está ganhando seu próprio dinheiro e dependendo menos de transferências sociais. Com mais gente na classe média, as classes mais baixas perderam participação. A pesquisa da FGV mostra que nos últimos seis anos houve queda na população que ocupa a classe E, ganhando até R\$ 768. Essa parcela era de 42,82% em 2002. Atualmente, é de 32,59%. A classe D, que recebe entre R\$ 768 e R\$ 1.064, ficou estável no período. No total, os brasileiros considerados "classe baixa", famílias que ganham menos de R\$ 1.064, caíram de 46,13% para 32,59% da população brasileira. Entre os brasileiros da classe A e B, com rendimentos maiores que R\$ 4.591, houve aumento na participação - hoje são 15,52%, contra 12,99%, em 2002. O estudo da FVG foi feito com base nas pesquisas mensais de emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados do próprio Ministério do Trabalho. O levantamento da FGV verificou ainda diminuição das desigualdades sociais e da miséria, que caiu 30% nos últimos seis anos. Em abril deste ano, foram computados como miseráveis no Brasil 25,16% da população. Essa é a menor taxa desde 2002, mas representa 36 milhões de brasileiros que estão na classe E, segundo a pesquisa, e ganham no máximo R\$ 768 por família durante um mês. Ainda de acordo com a FGV, entre as seis regiões pesquisadas, registraram as maiores quedas na miséria as capitais: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Salvador. Já Porto Alegre, Recife e São Paulo ficaram na lanterna. Ipea Apesar do crescimento da classe média, ontem o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou estudo que mostra que o crescimento da economia não está se refletindo em melhora salarial para os mais pobres do País. "Entre 2002 e 2008, existem menos pobres no País. No entanto, os ricos também ficaram mais ricos. Isso quer dizer que o crescimento de 22,6% na produtividade não foi repassado para os salários dos trabalhadores, que cresceu apenas 10,5%", analisou presidente do Ipea, Márcio Pochmann, diante do estudo sobre a pobreza nas regiões metropolitanas do Brasil. Para ele, o ritmo de crescimento da economia, associado ao aumento do salário mínimo, às políticas sociais públicas e o aumento do crédito foram fatores decisivos para o crescimento da renda dos trabalhadores. O documento define como "pobre" todas as pessoas com renda per capita igual ou inferior a meio salário, isto é, R\$ 207,50. Indigentes, por sua vez, são aqueles que recebem menos de um quarto do salário mínimo, ou R\$ 103,75. Pessoas ricas, segundo o Ipea, são aquelas pertencentes a famílias cuja renda seja igual, ou maior, do que 40 salários mínimos, ou R\$ 16,6 mil por mês. Elaborado com base nos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnad), o estudo informa que a taxa de pobreza caiu de 35%, em 2003, para 27,1% em 2006. Para 2008, a estimativa do Ipea é que chegue aos 24,1%. Em valores nominais, entre 2002 e 2008, a projeção é de 3 milhões de pessoas deixem a pobreza, nas regiões pesquisadas. "As regiões metropolitanas que apresentam as maiores taxas de pobreza no período analisado foram as regiões de Recife e Salvador, onde a estimativa para 2008 indica, respectivamente, 43,1% e 37,4% de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza", informa o estudo do Ipea. Segundo o documento, São Paulo e Porto Alegre estão na outra ponta, ou seja, com as menores taxas de pobreza estimada para 2008: de 20,7% e 20% respectivamente.